

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO CONTEXTO ESCOLAR: A transformação da sala de aula em um tribunal de exclusões nos vereditos do juízo professoral

Bruna Santana de Oliveira

Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

E-mail: brusan10@hotmail.com

Jacques Fernandes Santos

Professor da Faculdade Sete de Setembro – FASETE

Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Pernambuco - UPE

E-mail: jacquesfs@hotmail.com

Vinicius Silva Santos

Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS.

E-mail: vssantos@uneb.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é entender como ocorre a prática da violência simbólica no contexto escolar, de modo a identificar os tipos de exclusões imputadas em sala de aula, onde a prática da violência simbólica caracteriza esse espaço como um tribunal de exclusões fazendo surgir diferentes vereditos nas práticas pedagógicas que segue de acordo com o juízo professoral construído nas relações sociais. A metodologia de pesquisa que orientou o presente estudo foi a abordagem qualitativa conforme definição das ciências sociais e humanas. Ademais, o estudo caracteriza-se como sendo metodologia descritiva e explicativa, enquanto aos meios como sendo de campo com três professoras da Educação Infantil numa escola da rede municipal de ensino do município de Paulo Afonso. O resultado da pesquisa evidencia as exclusões ocorridas em sala de aula, em que há exigências prévias dos professores que define as apreciações e depreciações nas práticas. Sendo necessário um olhar aprofundado nas relações do campo escolar que não se limita no ensino-aprendizagem, revelando a importância de um olhar aprofundado na formação dos professores.

Palavras-chave: Educação Infantil. Violência Simbólica. Vereditos. Práticas.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es entender cómo ocurre la práctica de la violencia simbólica en el contexto escolar, para identificar los tipos de exclusiones imputadas en el aula, donde la práctica de la violencia simbólica caracteriza ese espacio como un tribunal de exclusiones haciendo surgir diferentes veredictos prácticas pedagógicas que sigue de acuerdo con el juicio profesoral construido en las relaciones sociales. La metodología de investigación que orientó el pre-

sente estudio fue el abordaje cualitativo según definición de las ciencias sociales y humanas. Además, el estudio se caracteriza como metodología descriptiva y explicativa, mientras que a los medios como de campo con tres profesoras de Educación Infantil en una escuela de la red municipal de enseñanza del municipio de Paulo Afonso. El resultado de la investigación evidencia las exclusiones ocurridas en el aula, en que hay exigencias previas de los profesores que definen las apreciaciones y depreciaciones en las prácticas. Siendo necesario una mirada profundizada en las relaciones del campo escolar que no se limita en la enseñanza-aprendizaje, revelando la importancia de una mirada profundizada en la formación de los profesores.

Palabras clave: Educación infantil. Violencia Simbólica. Veredictos. Prácticas.

INTRODUÇÃO

A relação social interfere diretamente em uma série de ações e comportamentos, não sendo necessariamente neutra, fazendo surgir uma reprodução e legitimação nos espaços sociais que possui alicerces estruturantes nos diferentes campos da sociedade. Não sendo diferente no que se refere ao campo escolar, onde geralmente o aluno é tratado de forma homogênea, apesar de oriundos de diferentes contextos sociais.

A escola faz surgir assim, um paradoxo de sua função, sendo necessária a busca de uma releitura da significação de seu papel variável, que ora lhe atribui a função de transformadora e democratizadora, ora como parte da legitimação arbitrária de diferentes apreciações e disposições que impõe a violência simbólica nas diferentes práticas. Nesse âmbito, é possível notar que a escola ignora as desigualdades sociais, culturais e econômicas das crianças.

Althusser (2007) diz que a escola e outras instituições do Estado que são considerados aparelhos ideológicos ensinam saberes práticos, que são moldes usados para assegurar uma ideologia dominante e o manejo da prática desta. Assim sendo, de forma subjetiva a escola torna-se fundamental para o funcionamento dos mecanismos ideológicos criando um paradoxo entre sua função e como realmente funciona, corroborando com esse pressuposto Foucault (2003) acrescenta que o espaço escolar tende a firmar uma manutenção e reprodução das relações sociais, tomando como fundamento critérios econômicos.

Desse modo, cada indivíduo tenderia a agir de acordo com as disposições do poder simbólico que lhe são disponíveis, tendo uma correlação com as desigualdades sociais, o que faz questionar o papel transformador do professor em sala de aula. Tendo em vista que, Bourdieu (2015) afirma que o mesmo valoriza e exige determinadas qualidades que são distribuídas pelos alunos de formas diferentes, legitimando a prática de uma violência simbólica na escola, que acontece de forma implícita e até mesmo inconsciente como resultado das relações sociais do professor.

Destarte, Bourdieu (2014) enfatiza que os professores de forma inconsciente enaltecem com certa naturalidade as crianças que seguem valores, padrões de comportamento e regras, pressupondo certas competências que são adquiridas de fato na esfera familiar e social da criança, em que o professor demonstra sua satisfação de autoridade na relação aluno e professor e tem o *feedback* esperado.

Conseqüentemente, os comportamentos dos demais são considerados incorretos e inadequados, fazendo com que a escola veja este aluno como problemático e por não ter o comportamento esperado, é segregado. Para Bourdieu (2015, p. 219) trata-se de “uma agressão simbólica que se observam em todas as situações”. Dito isto, esse conjunto de fatores legitima esse tipo de ação, tornando a escola produtora e reprodutora da legitimação das classes sociais.

Portanto, os professores de forma inconsciente e até mesmo consciente enaltecem com certa naturalidade as crianças que seguem valores, padrões de comportamento e regras, aceitas como naturais, pressupondo certas competências que são adquiridas de forma prévia no âmbito familiar e social da criança, demonstrando uma apreciação satisfatória através de suas ações implícitas e explícitas.

Desse modo, o objetivo desse estudo é identificar os tipos de exclusões que são imputadas dentro da sala de aula através dos discursos na prática do professor que segue uma lógica do poder simbólico, estruturado nas relações sociais, sendo legitimado e reproduzido nos diferentes campos sociais, mormente na escola de educação infantil, evidenciando a prática da violência simbólica por meio de uma imposição cultural na relação professor-aluno no âmbito escolar.

2 A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO CONTEXTO ESCOLAR: breve reflexão

Nos últimos anos do século XXI muito vem sendo discutido sobre o papel social e pedagógico da escola, tomando esse espaço como sendo propícias as diferentes manifestações sociais e hu-

manas, pois agrega atores sociais e suas histórias heterógenas. Logo, o espaço escolar reflete, sobremaneira, a diversidade sociocultural.

Desse modo, a escola possui alunos com diferentes estruturas familiares, econômica e cultural, que refletem diretamente em suas ações em sala de aula, fazendo surgir percepções e apreciações por parte do professor, com diferentes tipos de julgamentos através da prática da violência simbólica. Não obstante, o professor classifica os alunos de acordo com seus diferentes comportamentos e níveis de aprendizagem.

Nessa perspectiva, de maneira imposta e vivenciada, a violência simbólica é um tipo de violência que ocorre de forma suave, insensível e muitas vezes invisível, e suas vítimas desconhecem a instância em que ocorre por meio das relações sociais em forma de dominação. Segundo Bourdieu (2002), há uma relação extraordinariamente ordinária que deixa explícita a forma de dominação que é exercida por diferentes meios, tendo como objeto os conjuntos de bens simbólicos: estilo de vida, maneira de agir, pensar, falar, entre outros, que são distintos e se tornam emblemas ou estigmas, dos quais são eficientes simbolicamente, sendo totalmente arbitrária.

Bourdieu (2014) completa que o julgamento é sincrético e categórico, influenciando na avaliação e no privilégio da palavra, criando uma divisão no interior da sala de aula pautada em hierarquias. Dessa forma, o professor passa uma impressão confusa de sua verdadeira função, que dá margens para julgamentos e que faz um veredito de forma indulgente, por meio das relações pedagógicas em sala.

Ainda no campo escolar, a violência simbólica ocorre sem a necessidade de coerção física, a violência simbólica ocorre de forma velada, sendo praticada de maneira inquestionável pela aceitação da legitimação do poder simbólico, que de acordo com Bourdieu (Ibidem), confirma e transforma a visão de mundo, com uma relação determinada que exerce reconhecimento e é ignorado como uma violência arbitrária que se produz e reproduz no mundo social por uma ordem de significações legitimadas via esquemas de percepção e disposições incorporadas pelos sujeitos, se transfigura de forma dissimulada nas ações mais simples, de tal forma, que não é questionada, e é reconhecida em sua legitimidade de violência exercida.

Para Bourdieu (1989), a pedagogia cria uma antinomia de sua prática, em que deveria transmitir concomitantemente instrumentos de construção da realidade e explicitar problemáticas,

conceitos, técnicas, métodos, entre outros, para o desenvolvimento essencial da atitude crítica, contudo, esses instrumentos têm probabilidades de uma destinação desigual, que através da violência simbólica ocorre de forma inconsciente por parte do professor nos diferentes níveis de escolaridade, mormente, na educação infantil, mostra a fragilidade dos alunos diante de uma autoridade pedagógica. Logo, inquestionavelmente, as interações subjetivas no espaço escolar devem ser revistas, bem como, os estudos expostos sobre a prática pedagógica em sala de aula, mediante ao currículo oculto que tem como ferramenta a violência simbólica na coerção no veredito professoral.

Evidenciando de fato que a escola estigmatiza por meio da linha tênue entre a origem social da criança e seu êxito escolar. Não obstante, a escola “proporciona” uma educação de forma igual e que possui exceções de crianças que conseguem o “êxito”, mesmo enfrentando as condições de origem social precárias. De acordo com Nogueira (2009, p.14):

A escola utiliza casos improváveis de sucesso escolar em meios populares, os quais são vistos como exceções que confirmam a regra e que afirmam a autonomia relativa do sistema escolar, alimentando a ilusão, tida como necessária, a neutralidade de seu funcionamento).

Nesse contexto, exemplificando os “sucessos” dentro de sua função de escola “libertadora”, eliminando assim, a possibilidade de um sistema escolar que contribui para a conservação social. Esse objetivismo mostra que a inversão de perspectiva tende a conceber dentro da prática pedagógica como uma redenção para os indivíduos vítimas da desigualdade social.

Produzida e reproduzida nas diferentes esferas sociais, a violência simbólica está de forma intrínseca e, inevitavelmente, no sistema escolar em forma de imposição cultural que ocorre por meio da socialização. O modus operandi das intenções pedagógicas, se mostra de forma evidente na prática do ensino que possui uma vasta dimensão social e deve estender a análise das interações.

Sendo assim, a violência simbólica é produzida e reproduzida nas diferentes esferas sociais e se apresenta de maneira desafiadora no sistema escolar em forma de imposição cultural que ocorre por meio da socialização. O modus operandi das intenções pedagógicas, se mostra de forma evidente na prática do ensino que possui uma vasta dimensão social e deve estender a análise das interações.

1.1 As categorias de percepção: as exclusões nos vereditos do juízo professoral

A escola possui um conjunto de fatores que devem ser discutidos: qual cultura a escola transmite? A relação escolar se limita apenas na transmissão de ensino? Uma análise aprofundada faz apontar diferentes questionamentos. Nesse contexto, a função escolar mostra uma relação complexa entre o ensino e a cultura, pois a dissociação entre ambos não é possível, isto posto, a cultura transmitida no âmbito escolar perpetua em diferentes modos de aprendizagens da criança.

Forquin (1993) sustenta que, a escola transmite elementos que valorizam uns e esquecem outros, conforme os interesses sociais, políticos e econômicos, reelaborando uma didática, capaz de produzir uma cultura escolar. A relação entre o conteúdo que a escola transmite e as mudanças socioculturais; os conteúdos a serem aprendidos pelos estudantes com suas diferentes experiências são interpretados de forma diferenciada por cada aluno que afirma a composição heterogênea dentro do sistema de ensino.

Nesse sentido, as diferentes maneiras de agir dos alunos dependem diretamente da sua formação cultural prévia, que faz surgir na prática do professor uma espécie “juízo” com diferentes apreciações em suas ações que fazem parte da cultura escolar. Nessa perspectiva, as crianças com capital cultural considerado negativo, aprendem de forma própria na prática escolar o seu papel de subordinação, enquanto as crianças da classe proprietária se identificam com os traços sociais transmitidos pela escola e aprendem seu papel de dominação. Sendo assim, as diversidades socioculturais das crianças refletem diretamente na experiência escolar.

Evidencia-se assim, as diferentes “disposições dos capitais” (BOURDIEU, 2014, p. 16) em sala de aula, que se dividem em crianças com o capital cultural considerado positivo, tornando possível o reconhecimento de forma facilitada dos diferentes conceitos e práticas, já os demais, com capital considerado negativo, sentem uma dificuldade maior nesse tipo de reconhecimento, refletindo diretamente em seu processo de aprendizagem e sendo decisiva nos julgamentos do professor que cria uma apreciação negativa, tendo diferentes resultados em classe que gera desestímulo, “a incapacidade” e aumenta o índice de repetência dos alunos excluídos em sala de aula.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho segue uma abordagem do paradigma de pesquisa qualitativa que utiliza as ciências sociais e humanas, e permite uma diversificação na investigação de novas explorações com novos enfoques (MINAYO, 2010). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa responde questões particulares, se preocupando com as ciências sociais, trabalhando com um universo de significados, crenças, valores aspirações, atitudes, correspondendo ao mais profundo das relações nos processos e fenômenos.

Ademais, sendo caracterizada como uma pesquisa bibliográfica que contribui para a construção do conhecimento e desenvolvimento dos diversos campos de estudos. Além disso, para melhor descrever e explicar o objeto pesquisado, a pesquisa se norteia com base na pesquisa descritiva e explicativa que exige do investigador precisão diante dos fenômenos e informações diante do objeto investigado para melhor descrever e entender uma determinada realidade e identificar os fatores determinantes na ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007).

Este estudo foi realizado em uma escola municipal de Educação Infantil, localizada na cidade de Paulo Afonso, Bahia. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram três professoras da referida escola de Educação Infantil. Para a escolha dos sujeitos da pesquisa, foi necessário entender que a prática da violência simbólica ocorre nos diferentes campos sociais, não sendo diferente no espaço escolar. Diante disso, Bourdieu (2015) evidencia que as crianças, na escola de Educação Infantil, tendem a ser mais sinceras diante das suas origens sociais, em vista disso, os professores em sala constrói através do poder simbólico das estruturas sociais, o juízo professoral, que por meio da prática da violência simbólica exclui uns e inclui outros, mostrando na prática que há uma exigência prévia nas relações em sala de aula, transformando a sala em um tribunal de exclusões.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A violência simbólica em suas exclusões torna a escola um tribunal de exclusões, pois em sua instância prática decide de forma objetiva e subjetiva, os vereditos do juízo professoral. Assim sendo, as professoras A, B e C em suas práticas, determinam os vereditos em uma espécie de tribunal, que julga e decide as formas de como tratar cada criança. Sendo assim, para afirmar

as práticas dos vereditos do juízo professoral serão utilizadas as falas das professoras durante a entrevista. Diante disso, quando indagadas sobre se a formação familiar da criança influencia diretamente na aprendizagem da criança, as professoras **A**, **B** e **C** confirmam e justificam:

Sim. Você pode perceber a quantidade de alunos que nós temos em sala aula. Então se não tiver isso, não tem como você estar “de mesa em mesa”, você está vendo como é a baderna, um chama outro chama: “tia banheiro”, “tia quero água”. Então você não tem atenção total adequada para atender de forma individual. Aí se não tiver a ajuda deles. Porque assim, tem uns que aprende legal, pegam com facilidade, e outros que tem a aprendizagem ruim. (PROFESSORA A, SALA 01).

Sim. Dependendo dos valores que a criança traz a gente vai desenvolver e aperfeiçoar. A interferência da família nessa construção vai dar a opção dela progredir no mundo. (PROFESSORA B, SALA 02)

Sim. Porque depende da formação familiar e que essa condição é que irá permitir passar para o seu filho, ou seja, se uma criança dessas (ela aponta para uma criança no momento da entrevista) é criada por uma avó, ela não tem condição de ter um acompanhamento e avó não sabe ler, ela vai vir sem as tarefas prontas, vai depender de um vizinho, se for ensinar, vai ensinar tudo errado. Mas como é que gente pode falar para organizar, porque a gente quer uma coisa que organize. Por que falar assim é bom, né? Porque a família precisa dessa formação para poder passar para o seu filho, ou seja, ela vai ter conhecimento para poder esclarecer, ensinar. (PROFESSORA C, SALA 03).

Diante das respostas citadas, percebe-se na fala das professoras **A**, **B** e **C** que cada criança tem que ter um bom conhecimento prévio. Em suas falas, durante a entrevista confirmam as exclusões e inclusões nas suas práticas durante as observações. Diante disso, insurge uma exigência de uma estrutura familiar positiva das crianças e que isso conseqüentemente reflita na aprendizagem de forma explícita e implícita nos comportamentos em sala de aula.

Na fala da professora **A**, ela afirma a exclusão das crianças que não possui um capital prévio positivo, pois não consegue atender todas as crianças; já as crianças que possui uma boa aprendizagem, conseqüência da formação familiar, alcançam às expectativas exigidas em sala. Com isso, a professora **B** diz que o tipo de interferência da família dará a opção dela progredir no mundo, ou seja, a criança com uma carga familiar negativa será automaticamente excluída, se não tiver a atenção dos pais. Prosseguindo, a professora **C**, chega apontar para uma criança no momento da entrevista e diz que os pais precisam de uma formação positiva para passar para os seus filhos. Com isso, nas três falas, é possível perceber a exclusão das crianças de famílias desestruturadas, corroborando as falas direcionadas às crianças de maneira negativa em sala.

De acordo com Silva (2010) a escola possui os alunos mais capazes e os menos capazes, conseqüência de suas influências prévias que são detectadas de forma distinta nas categorizações

arbitrárias, uma vez que, faz parte das interações explícitas e implícitas em sala de aula e possui um conjunto de significações. As professoras são cientes de que a desestrutura familiar reflete diretamente no comportamento das crianças e relatam como acontece em sala de aula:

Veja, se a família não é estruturada, se há sempre discussões, brigas, agressões verbais, agressões físicas e eles veem, com certeza, eles vão querer fazer tipo a mesma coisa. Se a base familiar não for legal, as atitudes em sala de aula são péssimas! E também a gente não pode generalizar, porque isso depende muito de cada criança, tem delas que a gente vê tipo... A maioria dos casos eles agem com agressividade também (PROFESSORA A)

Nesse mesmo sentido, a professora **B** explica, mas também concorda que o professor deve em sua função subsidiar a criança, e fala sobre a importância do professor como respaldo para a criança.

Tem muito a ver, principalmente desequilíbrio relativo ao emocional, porque a gente vê mesmo assim, é a questão de sempre que tem um desequilíbrio na família, por exemplo, a gente tem que estar dando respaldo para a criança, para poder lidar com os conflitos, que isso é na questão do diálogo, pois quando a criança não tem, ela fica propensa a se desestruturar emocionalmente. (PROFESSORA B)

A professora **C** conta exemplos do que pode ocorrer dentro do espaço familiar e refletir de forma negativa em sala:

Demonstrando, ou seja, a agressividade, é uma coisa que traz de casa, por exemplo: ver o pai batendo na mãe, etc. A educação de forma geral, mas a agressividade é um dos pontos mais marcantes. (PROFESSORA C)

Dessa forma, as professoras demonstram total conhecimento que as relações familiares da criança implicam em seu comportamento, mas somente a professora **B** fala da importância do auxílio do professor para a criança, dando ênfase em sua fala sobre o respaldo que define o cuidar e o educar na educação infantil.

Para tanto, Saviani (2008) acrescenta que a função básica da educação ocorre de forma inversa, condicionando objetivos que são determinantes sociais e, que reproduz na sociedade uma desigualdade, pois é nesse espaço que “acolhe” os sujeitos de diferentes realidades e que apenas cumpre sua função reprodutivista, uma vez que, possui ciência que as manifestações das crianças são meros reflexos dos problemas encarados fora do espaço escolar e ao invés de subsidiar, estigmatiza, legitima, evidencia uma produção de marginalidade.

Nesse contexto, Saviani (Ibidem) afirma que a escola está longe de ser instrumento de superação da marginalização das crianças. Corroborando com o autor supracitado, os melhores alunos das salas são usados como exemplo pelas professoras. Não obstante, a professora **A** responde: “Sim. Para que outros tenham como exemplo e vejam o que pode fazer e o que não pode”. Por sua vez, a professora **B** diz:

Eu sempre busco fazer isso, pois é um tipo de incentivo, mas o incentivo hoje está sendo visto de duas formas. É às vezes não pode mais, e outras formas ocorrem até no ambiente de trabalho, aquele funcionário destaque e tem empresas que ainda coloca o funcionário destaque do mês. Então assim, isso é muito importante, não que vá menosprezar o outro, mas é estímulo e a gente tem que aprender a valorizar o outro. (PROFESSORA B)

Na fala da professora **C**, afirma que durante sua trajetória de formação, usar a criança como exemplo sempre foi errado, mas, contudo admite usar e enfatiza que tem coisas que é difícil controlar na prática:

Não se deve. Mas a gente fica usando. Não é uma realidade? Às vezes você vê a gente pega e diz “olhe fulano”, e sei que não se deve e a gente vê isso no magistério e na faculdade. São coisas que a gente no dia a dia tem que se policiar, mas que é difícil na prática. (PROFESSORA C)

As crianças mais elogiadas são usadas como exemplo para as demais crianças que possui uma estrutura familiar considerada positiva refletindo no comportamento e aprendizagem, e também, diretamente nas apreciações do professor sobre essas disposições do seu cotidiano.

Percebe-se que existe uma condição dentro da escola que são pré-requisitos para as antecipações, apreciação e percepção do professor em sala, uma vez que, nem todas as crianças chegam com um conhecimento prévio de casa, tornando o público desse espaço bem diversificado, contudo, apenas uma minoria consegue cumprir as exigências em sala, que não envolve apenas ensino-aprendizagem, mas também, comportamento, postura, boa estética, desenvoltura, entre outros, que marginaliza os demais que não se encaixam nesse quadro.

Nesse contexto, entra em contraste a escola municipal de educação infantil, que mesmo sendo uma instituição pública, há uma diferença de classes que são visíveis aos olhos das professoras. Por isso quando indagadas sobre isso, cada uma cede os detalhes para construir essa percepção. Essa questão pode ser analisada quando a professora **A** destaca: “Mulher, até eles se vangloriando, a maioria deixa essas diferenças transparecer, pois o material escolar deles é melhor, você percebe a mochila bem melhor, a higiene pessoal, a roupa, você percebe por essas coisas”.

Os detalhes são marcantes na fala da professora A e de contrapartida a professora B afirma: “Essa escola foi feita para atender crianças de baixa renda, mas você pode perceber que a maioria tem um poder aquisitivo bom, razoável, por isso essa questão de poder aquisitivo não chegou a interferir aqui nessa instituição não”.

Evidentemente durante as observações e nos diferentes relatos das professoras, nota-se que a escola possui crianças com diferentes condições econômicas, e também atende as crianças de baixa renda, por ser uma instituição pública que inclui todas as crianças, o que é o seu dever em sua condição de pública, universal e gratuita. Essa realidade ajuda entender as diferentes formações familiares das crianças deixando em evidência a relação entre as professoras e as crianças na sala aula.

Nesse interstício, a professora **B** demonstra contradição em sua resposta com as práticas observadas, mesmo assim confirma as desigualdades econômicas dentro da escola, mas diz que não interfere na instituição. Por sua vez, a professora **C** afirma:

Sim, sim. Através da organização, primeiro passo é a organização da roupa, caderno de casa e tudo isso você tira. Uma pessoa bem acompanhada tem uma postura, até o jeito. Você está vendo essa aqui, até o cabelo mostra a estrutura familiar que ela pertence.

Esse é um dos momentos mais marcantes na entrevista, pois a professora utiliza a mesma criança como exemplo duas vezes e chega a apontar para a mesma para confirmar a sua resposta, por isso, ao falar do cabelo aponta e demonstra insatisfação sobre a criança. A professora **C** não só confirma como também usa uma criança como exemplo para comprovar as suas análises em sala de aula e a criança usada como exemplo é a mesma a qual ela apontou durante outra pergunta na entrevista, parte em que afirmou como formação familiar negativa interfere diretamente na aprendizagem.

Afirmando os fatos acima, Bourdieu (2007) diz que a escola legitima a reprodução cultural e social, pois exige um capital prévio que desvaloriza a criança tanto pela sua imprecisão nas tarefas tanto como pela indeterminação e incerteza de signos que, via de regra, exige um capital prévio que se trata de estilo, boa estética, boa postura, conhecimentos, entre outros. E prossegue ao dizer que essas situações demandam atenção e conhecimentos precisos e afirma:

A predominância dos valores que pode chamar de carismáticos são tão fortes que podem chegar a encobrir os índices das contradições e dos conflitos que a concorrência entre dos princípios opostos de avaliação e de hierarquização engendra na prática e no discurso dos professores do juízo professoral. (IBIDEM, p.248)

Nessa perspectiva, o juízo professoral não só determina em seus diferentes julgamentos os tipos, as afeições e depreciações dentro da sala de aula, como também, as professoras conseguem perceber em suas antecipações e apreciações os diferentes destinos dos alunos e quando indagadas sobre isso respondem:

Não. Isso vai muito do caráter. Um pode ser advogado, apesar de ser da Prainha, você vê a criança A, lindo, maravilhoso, tem boas condições, mas quem sabe se ele não pode mudar? Isso vai muito do caráter, desempenho, da personalidade etc. (PROFESSORA A).

A professora **A** diz que é algo relativo, mas corrobora a marginalização espacial do bairro que moram algumas crianças. Já a professora **B** afirma:

Eu gosto disso! Você consegue perceber que tem alunos que tem o futuro promissor e principalmente se a criança tem base familiar, pais preocupado com o futuro dos seus filhos, raridade, mas tem. E nesse a gente põe confiança e acompanha e acontece de encontrar e pergunta como está. Geralmente esses que... A gente quer que todos se saiam bem, mas infelizmente o destino revela coisas. A gente que já sabe que tem base, as famílias que se preocupam com seus filhos que desenvolve esses valores, com toda certeza eles irão ter equilíbrio e suporte para o mundo lá fora. Eu vejo muito isso.

Em consonância, a professora **C**, explica e conta os exemplos de como acontece:

Mulher, eu digo que sim. Porque eu tive um aluno que era tão bom, o desenho dele era perfeito e eu dizia: “H vai ter um futuro brilhante!” E hoje ele se encontra fazendo IFBA, a mãe dele diz que não se esquece de mim. Mas a maioria eu sei, viu! Chega me arrepio. Mas os que davam trabalho, hoje estão mães, mães solteiras. Empurrando com a barriga os estudos. Com aquela dificuldade, aquele sofrimento. Eu tenho certeza que Vygotsky e Piaget discordariam de mim, mas a gente consegue ver sim. Consegue sim, porque é muito difícil um aluno já gostar de estudar e não querer seguir seus estudos. Se ele é bom, por que ele não vai querer estudar? Por que ele não vai querer ser alguém? Está ali o pai: “meu filho estude! Seja assim, assim e assado.” Por que o pai não vai se interessar por um filho que gosta de estudar? Então ele não tem como pensar nos estudos. Entende? Então acontece e dá para a gente prever sim! Claro, como sempre digo, existe exceções.

As respostas das professoras deixam mais nítidas as afirmações sobre as apreciações prévias, presente também nas práticas, pelas crianças que já possuem uma aprendizagem positiva e falam sobre o quanto a estrutura familiar influencia no desenvolvimento da criança, contudo, enfatizam “as exceções” e são essas exceções que Bourdieu enfatiza (2015, p.66) “[...] que apenas as exceções, ou seja, os sucessos excepcionais dá crédito ao mito da escola libertadora”. Portanto, as respostas das professoras engendram um tipo de tribunal que de forma decisória em suas nuances orientam o juízo professoral e influencia as escolhas projetando e reconhecendo de forma estratégica a captação de valores que orientam as escolhas dominando as práticas escolares.

Nesse sentido, Bourdieu (1996), no livro “Razões Práticas” afirma que a instituição escolar evidencia um efeito de destino, evidenciando a fala da professora B sobre as crianças, corroborando uma grande brutalidade que impõe julgamentos e seus vereditos, pois as professoras classificam os alunos com boa desenvoltura em seus critérios hierárquicos e condena os excluídos não reconhecidos, e por sua vez, tem suas identidades ameaçadas por toda vida de forma brutal, pois não conseguem seguir as exigências da ordem escolar e da ordem social.

Bourdieu (2015, p.71) ainda acrescenta: “Para que os destinos sejam escolhas livres é preciso tentar convencer que os indivíduos se submetem aos seus vereditos e persuadi-los que eles mesmos escolheram os destinos que lhes haviam sido a priori atribuídos”.

Portanto, torna-se evidente que as crianças com melhores condições econômicas, consequentemente alcançam prestígio do juízo professoral, uma vez que em sua instância há uma distinção no conjunto de diferenças sociais que são orquestradas de forma sistematicamente arbitrária e atinge diretamente no processo de socialização e aprendizagem da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões do autor Pierre Bourdieu e os resultados da pesquisa é possível perceber uma naturalização da prática de comportamento que apontam para a violência simbólica em sala de aula, especialmente no contexto da Educação Infantil, fase onde as crianças tendem a ser mais sinceras diante do seu capital de origem. Fazendo surgir assim, uma necessidade de uma releitura nesse espaço, ou seja, um olhar sobre o fazer docente que reflete nas ações pedagógicas a prática da violência simbólica que tornou a sala de aula um tribunal, onde uns são incluídos e outros excluídos, segundo a lógica do juízo professoral, implicando diretamente na formação dos professores de Educação Infantil, nas oportunidades criadas para os distintos grupos de crianças em detrimento à sua origem, seja ela cultural, social ou econômica.

Sendo assim, a escola como um espaço de humanização no processo de ensino-aprendizagem, cuja função consiste em ensinar e educar abriga um paradoxo entre o que tenta oferecer e o que é oferecido, refletindo de maneira negativa o poder simbólico das relações sociais que é imposto por meio de uma violência praticada de maneira silenciosa no dia a dia, deixando interferir de maneira negativa na socialização e aprendizagem da criança.

Por fim, é necessário um olhar crítico sobre as relações interpessoais no contexto da sala de aula, espaço este que não deve se limitar ao ensino-aprendizagem, uma vez que compreende outros processos que afetam decisivamente a construção e o desenvolvimento das crianças. Isso requer colocar em evidência espaços marginalizados do fazer pedagógico, tais como as falas, as impressões, gestos e a reprodução de determinados comportamentos sociais como legitimação e segregação que servem como reforço para a formação de crianças na escola. Por isso, entender as ações dos professores em sala direcionadas às crianças e problematiza-las diante do desafio que pretende a escola de educação infantil é condição sine qua non no processo de cuidar e educar para a aprendizagem, socialização e formação de crianças em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 10. Ed. São Paulo: Graal, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. (São Paulo: Perspectiva, 2007).

_____. **A dominação masculina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand, Brasil, 1989.

_____. PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Francisco Alves: Vozes, 2014.

_____. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. **Lições da Aula**, São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Escritos de Educação**. 16 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: graal, 2003.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29. Ed.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu & a Educação**. Ed.3. Belo Horizonte: Autentica, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112p (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.